

POTENCIAL HEURÍSTICO DA CATEGORIA GÊNERO PARA ESTUDOS SOBRE SABEDORIA POPULAR E PRÁTICAS DE CURA

Priscila Silva de Figueiredo ¹
Rita Maria Radl-Philipp ²

Resumo: O conceito gênero apresenta uma enorme visibilidade na atualidade, tendo inclusive ultrapassado as barreiras acadêmicas e alcançando o debate político e diversos setores da sociedade. Ele pode ser compreendido como um sistema que orienta as mais diversas práticas sociais, utilizado também como categoria analítica. Como categoria analítica, o gênero pode ser utilizado nos mais diferentes campos, incluindo os estudos sobre sabedoria popular e práticas de cura dos povos indígenas, quilombolas, camponeses etc. Destarte, o presente trabalho buscou analisar o potencial heurístico da categoria gênero para os estudos sobre sabedoria popular e práticas de cura. Para tanto, delineamos uma pesquisa teórica, em que propomos uma genealogia do conceito de gênero, procurando explicitar o debate sexo-gênero e seu significado epistemológico sob diferentes prismas teóricos. Além disso, discorreremos sobre os saberes populares e práticas de cura, explorando de que forma formulações feministas tem contribuído para sua valorização e resistência. Em especial, apresentamos às formulações do ecofeminismo, do feminismo decolonial e comunitário por sua articulação com outras formas de dominação. Por fim, elaboramos uma compreensão sobre o potencial analítico de gênero para estudos sobre saberes populares e práticas de cura, defendendo sobre sua relevância e assumindo possíveis limitações.

Palavras-chave: Feminismo. Conhecimentos populares. Comunidades rurais. Ecofeminismo. Feminismo comunitário.

Introdução

A invasão colonial e a escravidão promoveram a morte e sofrimento em demasia de milhares de pessoas, impactando gerações, e com elas atingiu conjuntamente muitas formas de conhecimento e sabedoria ancestral, pela imposição da cultura branca e eurocêntrica. O sistema capitalista e o paradigma moderno do conhecimento aprofundaram ainda mais nessa forma

¹ Professora do Departamento de Ciências Exatas e Naturais da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), *campus* Itapetinga, e Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade da UESB, *campus* Vitória da Conquista, Bahia, Brasil. E-mail: priscila.figueiredo@uesb.edu.br.

² Professora Titular Catedrática Plena da Universidade de Santiago de Compostela (USC), Santiago de Compostela, Galiza, Espanha e professora do quadro permanente do Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade da UESB, *campus* Vitória da Conquista, Bahia, Brasil. E-mail: ritam.radl@usc.es.



cultural de violência. No modelo capitalista, hetero-cis-patriarcal³ e racista de nossa sociedade, tanto a dominação e exploração das mulheres quanto da natureza assume um caráter incompatível com a vida em suas múltiplas expressões. Nesse sentido, uma diversidade de formas de ver a realidade, particularmente dos coletivos femininos ou de mulheres, tem se perdido ao longo dos anos, em especial, o conhecimento e sabedoria dos povos indígenas, quilombolas, comunidades pesqueiras, de fundo de pasto etc. Ao mesmo tempo vivenciamos uma crise ecológica sem precedentes.

Campos do conhecimento, como a Etnobotânica, cujo foco de estudo é a inter-relação das pessoas com as espécies vegetais, segundo Miguel Alexiades (2010), têm contribuído, ao longo dos anos, com dados importantes para a conservação da biodiversidade e o seu uso sustentável, bem como para a valorização dos saberes populares. Por outro lado, Marcia Tait, Rebeca Feltrin e Maria Conceição Costa (2019) destacam que propostas advindas dos ecofeminismos, feminismos camponeses, comunitários, a partir da confluência entre teoria e prática, tem proposto outras bases de pensamento e ação, que buscam superar o sexismo, classismo, racismo, antropocentrismo e especismo, denunciando o caráter destrutivo das relações humanas e com outros animais e a natureza.

Considerando que o sistema de gênero ou as relações intergênero orientam as mais diversas práticas sociais e, muitas vezes, não é considerado em estudos sobre os saberes populares e práticas de cura, destacamos a seguinte questão: De que forma a categoria gênero pode ser pensada no contexto dos estudos que se debruçam em investigar estes saberes e práticas?

A partir desse questionamento elaboramos o seguinte objetivo geral: analisar o potencial heurístico da categoria gênero para os estudos sobre sabedoria popular e práticas de cura. E os seguintes objetivos específicos: elaborar uma genealogia do conceito de gênero, procurando explicitar o debate sexo-gênero e seu significado epistemológico sob diferentes prismas teóricos; discorrer sobre os saberes populares e práticas de cura, explorando de que forma diferentes formulações feministas tem contribuído para sua valorização e resistência; e,

³ O patriarcado é compreendido aqui enquanto um sistema de dominação dos homens sobre as mulheres que compõe a estrutura da sociedade ocidental. Além dessa dominação observamos que esse sistema é marcado pela hetero e cisheteronormatividade, ou seja, a norma é a heterossexualidade e a cisgeneridade, sendo que toda pessoa dissidente é marginalizada, sofrendo ataques múltiplos dessa sociedade.

sistematizar uma compreensão da categoria gênero para estudos sobre saberes populares e práticas de cura.

Para tanto, delineamos uma pesquisa teórica, que segundo Joan Clingan (2008) se configura como um método no qual os dados analisados partem de textos existentes e que permite o aprimoramento de fundamentos teóricos. Além disso, o presente trabalho faz parte de uma pesquisa de doutorado em andamento denominada “Mulheres e as plantas medicinais: memória e etnobotânica em uma comunidade quilombola da Bahia”.

Debate sexo-gênero e seus significados epistemológicos

O debate sexo-gênero e o mesmo conceito gênero apresenta uma enorme visibilidade na atualidade, tendo inclusive ultrapassado as barreiras acadêmicas e alcançando o debate político e diversos setores da sociedade.

De uma ótica política social observamos no Brasil um avanço assustador da extrema-direita que apoiada por setores religiosos encampam uma batalha contra os movimentos sociais, em especial, na luta contra a “ideologia de gênero”. Richard Miskolci e Maximiliano Campana (2017) evidenciam que os empreendedores morais contra a “ideologia de gênero” são grupos de interesse conservadores que buscam tomar o controle sobre as políticas públicas de temas referentes aos movimentos feministas e LGBT+. Dessa forma, destacamos a relevância social do tema. É preciso reforçar as compreensões acerca do conceito de gênero, tendo em vista seu potencial de aprofundar as análises sociológicas e promover políticas públicas que visem contribuir para a justiça social e promoção dos direitos humanos.

O campo de estudos feministas tem desenvolvido um amplo debate científico social em relação com o conceito gênero, seu uso e a diferenciação conceitual sexo-gênero nas últimas décadas, aprofundando sua compreensão e demonstrando que “o gênero é [...] um dos eixos centrais que organizam nossas experiências no mundo social”, como expressam Flavia Biroli e Luis Miguel (2014, p. 7). Assim, o conceito apresenta uma relevância acadêmica e social.

Os primeiros desenvolvimentos acerca do termo gênero estão associados ao psicólogo norte-americano John Money na sua tese de doutoramento sobre o hermafroditismo que levou ao artigo “*Hermaphroditism, gender and precocity in hyperadrenocorticism: psychologic findings*”, publicado em 1955 onde usa o termo pela primeira vez no campo conceitual científico, como evidenciado na genealogia produzida por Felipe Lattanzio e Paulo Ribeiro



(2018). Segundo estes autores, John Money analisou os fatores que influenciam na formação do papel de gênero de indivíduos hermafroditas, evidenciando contradições dos fatores biológicos e o sexo designado por quem cuida. Posteriormente, a partir de 1966, os psicanalistas Ralph Greenson e Robert Stoller passam a ampliar os entendimentos do conceito, considerando a constituição identitária dos indivíduos e as relações iniciais entre mãe e criança, destacando a primazia da alteridade e “invertendo a noção freudiana de que a masculinidade é um destino mais fácil e mais desejado do que a feminilidade” (LATTANZIO; RIBEIRO, 2018, p. 418).

É nos anos 60 quando os autores citados realizam uma diferenciação científica e social desses conceitos graças às suas observações nas suas sessões clínicas: “A partir de este momento Money (1966) propone dissociar la identidad del sujeto em tanto que persona –su rol de género (gender role)- de su pertenencia de sexo- su rol de sexo (sex role)” (Radl-Philipp, 2010a, p. 137).

Money e Stoller constaram dois fatos, segundo Maria Izquierdo (1998, p. 30):

Por uma parte no es posible classificar a ciertos individuos como machos o hembras desde el punto del dimorfismo sexual, por tener poco marcados los caracteres sexuales secundários o por problemas de carácter cromossômico u hormonal que afectan a la diferenciación sexual. En segundo lugar, algunas personas que morfológica y funcionalmente se ajustan a uno de los sexos, declaran encontrarse metidas en un cuerpo equivocado, y cuando se expresan de este modo indican que creen estar experimentando las emociones y deseos, o deseando hacer las cosas que socialmente se atribuyen al otro sexo y ser reconocidos como tales.

Assim, segundo o citado, Rita Radl-Philipp (2010a) destaca que Money propõe uma dissociação da identidade do sujeito como pessoa (seu papel de gênero) correspondente de um processo de elaboração social, de seu papel sexual em uma identificação que se dá a partir das diferenças biológico-hormonais.

O conceito de gênero assume uma relevância enorme, pois sistematiza a compreensão de que o sexo anatômico não define os atributos da feminilidade e masculinidade, e que estas dimensões são construções sociais. A teoria feminista, por sua vez, assume o conceito de gênero mais tarde principalmente a partir dos anos 80 (Radl-Philipp, 2010a) buscando desnaturalizar as relações de poder estabelecidas entre os sexos, importando-o para seu arcabouço teórico (LATTANZIO; RIBEIRO, 2018).

Uma das primeiras autoras teóricas feministas é Gayle Rubin que usa o conceito “sistema sexo–gênero” no seu artigo “O tráfico de mulheres: Notas sobre a ‘Economia Política’

do Sexo”, publicado em 1975. Neste trabalho, a autora denuncia o contrato homosocial androcêntrico-masculino, que leva com que os homens dominem e concentrem o capital simbólico e material nas sociedades. Trata também do sistema sexo–gênero como sistema de opressão das mulheres que significa para elas coação e violência e como elas são na realidade o “*capital traficado*”.

Assim, o conceito de gênero fortalece uma compreensão que atravessa os séculos, a de que as diferenças sexuais não podem ser utilizadas no argumento de inferioridade das mulheres. A afirmação da igualdade intelectual e moral das mulheres pode ser vista desde a Grécia antiga, em figuras como Safo e Hipátia (BIROLI, MIGUEL, 2014). Na idade média Gertrud von Bingen no século X e Christine de Pizán no século XV explicitaram e defenderam de uma ótica do conhecimento das mulheres e de uma “...concepción cristiana inicial y revolucionaria...” (RADL-PHILIPP, 2010a, p. 141) “para el colectivo femenino el derecho de ser consideradas “persona” igualmente como los varones” (RADL-PHILIPP, 2010a, p. 143). Christine de Pizán

[...] rebate con argumentos la idea de la subordinación de las mujeres defendiendo una nueva concepción de la mujer que tiene la misma dignidad y los mismos derechos de persona como el varón. Con ello incide ciertamente ya en la construcción de un conocimiento teórico social sobre las relaciones intergénero a principios del siglo XV[...] (RADL-PHILIPP, 2010b, p. 13-14).

Assim, as autoras citadas introduzem uma visão feminista sobre como as condições sociais repercutem nas diferenças entre homens e mulheres, descartando o caráter natural delas (RADL-PHILIPP, 2010a). Olympe de Gouges, por sua vez, em 1791, publica a “Declaração dos Direitos da Mulher como Cidadã”, reivindicando igualdade (GOUGES, 2014). E, Mary Wollstonecraft (2017), publica, em 1792, a obra “Reivindicação dos direitos da mulher” e nela denuncia que as diferenças intelectuais entre homens e mulheres eram decorrentes destas terem sido impedidas de se desenvolver intelectualmente, destacando a educação débil das mesmas. Simone de Beauvoir, já em 1949, disse que “A humanidade é coisa diferente de uma espécie: é um devir histórico; define-se pela maneira pela qual assume a facticidade natural” (BEAUVOIR, 2009, p. 919). Ou seja, de acordo com a autora, não é nosso sexo anatômico que define nossa experiência no mundo e sim como nossa cultura lida com os fatos biológicos. Estas referências evidenciam a relevância do pensamento feminista que antecede o conceito de gênero

Segundo Radl-Philipp (2010b), apenas na nossa época o conhecimento das mulheres e de gênero conseguiu efetivamente adentrar na academia, no âmbito universitário. Assim, segundo esta autora, a partir dos anos 80 do século XX, o assim chamados “Estudos de

Mulheres” se diversificam e se especializam como estudos científicos sociais e depois como “Estudos de Gênero” se consolidam com uma maior sistematização acadêmica.

Monique Wittig, em 1980, no que lhe concerne, foi uma das primeiras feministas a colocar a questão da heterossexualidade como regime político, baseado na opressão das mulheres pelos homens e que justifica esta opressão pela diferença entre os sexos (HOLLANDA, 2019). Segundo Wittig (2019, p. 83), “[...] a sociedade lésbica destrói o fato (social) artificial que constitui as mulheres como um ‘grupo natural’ ”. Complementa dizendo que o matriarcado e o patriarcado são equivalentes heterossexuais, o que aprisiona as categorias de gênero. Recusar-se a ser heterossexual significa uma recusa em ser do homem. A autora, assim, explicita como orientações sexuais lésbicas se relacionam com a identidade de gênero, apontando os riscos de assumir “mulher” como um grupo natural.

Joan Scott, por sua vez, no artigo “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”, publicado originalmente em 1986, explora os diferentes usos do termo, principalmente no âmbito da história. Abrindo caminhos e trazendo novas perspectivas para os estudos de gênero e se tornando uma influência fundamental dentro do feminismo.

Scott (1995) destaca que, na gramática, gênero é uma forma de classificar fenômenos, contudo, no âmbito feminista ele aparece com uma conotação diferente, como uma forma de enfatizar o caráter social basilar das distinções baseadas no sexo, indicando uma rejeição do determinismo biológico implícito no uso de termos como "sexo" ou "diferença sexual". Além disso, destacando o aspecto relacional das definições normativas da feminilidade.

Assim, a autora assinala que três categorias passam a aparecer na literatura como cruciais para a escrita de uma nova história: classe, raça e gênero, evidenciando um compromisso da pesquisa com a narrativa de pessoas oprimidas e uma análise do sentido e da natureza de sua opressão, bem como a compreensão de que as desigualdades de poder estão organizadas ao longo de, no mínimo, três eixos.

Scott (1995, p. 74) nos incita a refletir sobre “Como o gênero funciona nas relações sociais humanas? [...] As respostas a essas questões dependem de uma discussão do gênero como categoria analítica”. A autora explicita que na sua utilização recente mais simples, "gênero" é sinônimo de "mulheres". Contudo, pode ser utilizado para sugerir que qualquer informação sobre as mulheres é necessariamente informação sobre os homens, que um implica o estudo do outro. Ela salienta, entretanto, que gênero nada diz sobre as razões das relações,

como são construídas, funcionam e mudam. Constatação que levou o emprego de diversas teorias, que Scott resume em três posições: explicação das origens do patriarcado; outra que parte de uma tradição marxista; e a outra dividida entre o pós-estruturalismo francês e as teorias anglo-americanas de relação do objeto.

Scott (1995, p. 86), aponta possibilidades e limitações destas abordagens e propõe uma compreensão em que o conceito é composto de

[...] duas partes e diversas subconjuntos, que estão interrelacionados, mas devem ser analiticamente diferenciados. O núcleo da definição repousa numa conexão integral entre duas proposições: (1) o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e o gênero é uma forma primária de dar significado às relações (2) de poder.

Segundo a autora, seu esboço do processo de construção das relações de gênero pode ser utilizado para examinar a classe, a raça, a etnicidade ou qualquer processo social.

Os estudos do gênero e da sexualidade se encontram segundo Anthony Giddens (2008) em uma das dimensões em desenvolvimento mais rápidas e estimulantes na sociologia. Segundo o autor, a distinção entre sexo e gênero é fundamental, pois muitas diferenças entre homens e mulheres não são de origem biológica, contudo, as interpretações sociológicas das diferenças e desigualdades de gênero têm assumido posições contrastantes. Existem (i) argumentos na defesa da existência de uma base biológica nas diferenças de comportamento entre homens e mulheres, (ii) outras que dão particular importância à socialização e à aprendizagem dos papéis de gênero, (iii) as concepções que pensam que nem o gênero nem o sexo têm uma base biológica, sendo ambas construídas socialmente (GIDDENS, 2008).

Radl-Philipp (2010a) realiza um importante destaque no sentido de demonstrar que a diferenciação conceitual sexo/gênero tem tido muitas vozes críticas, a exemplo de Donna Haraway.

Donna Haraway (2019), no emblemático “Manifesto ciborgue: ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX”, publicado originalmente em 1985, utiliza-se de uma metáfora para propor a superação das dicotomias do pensamento ocidental. Segundo Haraway (2019, p. 159) “o ciborgue é uma criatura de um mundo pós-gênero”. O ciborgue na qualidade de organismo cibernético híbrido máquina-humano, confunde as fronteiras do orgânico e inorgânico e situa o corpo como estrutura pós-gênero, segundo Ana Carolina Zuccolin (2018).

A epistemologia feminista, segundo Alison Jaggar e Susan Bordo (1997), compartilha o senso crescente de que o sistema cartesiano e seus pressupostos dualistas que separam o universal do particular, a cultura da natureza, a mente do corpo e a razão da emoção é uma visão de mundo obsoleta e que é preciso urgentemente de reconstrução e revisão. O corpo, neste contexto, tem sido considerado historicamente como o inimigo principal da objetividade e, assim, as feministas contemporâneas começaram a explorar alternativas às abordagens tradicionais sobre o conhecimento, centradas na mente, repensando o papel do corpo na compreensão intelectual de forma a insistir na sua centralidade na reprodução e transformação da cultura (JAGGAR, BORDO, 1997). O feminismo vale-se, destarte, de diversas tradições teóricas para rejeitar ou questionar as limitações da estrutura dualista da ciência moderna.

Por fim, em vistas da conclusão deste tópico destacamos o trecho em que Haraway (2019, p. 165) expõe que “a consciência de classe, de raça e de gênero é uma conquista que nos foi imposta pela terrível experiência histórica das realidades sociais contraditórias do capitalismo, do colonialismo e do patriarcado”, provocando que pensemos sobre quais são as identidades desse mito político tão potente chamado “nós”. Quem está de fora da compreensão “mulheres”?

Essa breve explanação acerca do debate sexo-gênero não busca esgotar as contribuições teóricas e formulações diferenciadas sobre o mesmo, mas procurou explicitar acerca do desenvolvimento do conceito de forma a evidenciar alguns aspectos fundamentais para compreender esta categoria analítica. Ademais, a seguir, realizamos uma exposição sobre os saberes populares e práticas de cura, trazendo a relevância de que os estudos sobre os mesmo considerem em suas análises a categoria gênero.

Saberes populares e práticas de cura sob uma perspectiva de gênero

Os saberes populares e práticas de cura se baseiam nas experiências que se tem sobre o mundo, seus feitos e significados e sua valorização de acordo com o contexto natural e cultural onde se desdobram. Estes saberes e práticas são passados, ao longo das gerações, através da oralidade e dos ritos, e promovem impactos profundos na saúde física e mental da população. Estes saberes se desenvolvem, principalmente, em comunidades rurais, camponesas, indígenas, extrativistas, quilombolas etc, populações que vivem em estreita relação com o ambiente

natural, dependendo de elementos do seu entorno natural para a sua reprodução sociocultural, por meio de atividades de baixo impacto ambiental.

Os saberes populares e práticas de cura estão presentes nas diferentes populações humanas há milhares de anos. Segundo Mara Almeida (2011), acredita-se que o registro mais antigo acerca da utilização de plantas medicinais remete ao Pen Ts'ao, de 2800 a.C., escrito pelo herborista chinês Shen Nung, que descreve o uso de centenas de plantas utilizadas na cura de várias doenças. Cada recanto do mundo conta com artefatos e achados arqueológicos que evidenciam como as práticas e saberes estavam presentes e estes evidenciam como variavam de acordo com a cultura e o local onde estavam situadas as populações. Isso se coloca em evidência em especial quando analisamos a relação do ser humano com as plantas medicinais.

As navegações no Oceano Atlântico, a partir do século XV, ampliaram a biodiversidade relacionada a estes conhecimentos. Segundo Nina Silva *et al.* (2012), durante a colonização das Américas muitas espécies utilizadas pelos povos originários foram levadas e começaram a ser utilizadas na Europa, bem como o inverso, e com a chegada de pessoas da África muitas outras espécies foram trazidas. Almeida (2011) destaca que a algumas plantas trazidas para o Brasil evidenciam a herança africana e mantêm inclusive seu nome Yorubá, como o obí (*Cola acuminata*), orobô (*Garcinia cola*) e akôkô (*Newbouldia leavis*). A autora destaca, ainda, que espécies também foram levadas daqui para a África como o milho, a batata doce, fumo e algumas espécies de *Annona* (pinha, fruta de conde, graviola), destacando que espécies africanas como a mamona, o dendê, o quiabo, inhames, tamarineiro e jaqueira, se adaptaram tão bem ao clima brasileiro que se tornaram plantas espontâneas.

Por outro lado, o colonialismo e, principalmente, depois o advento da ciência ocidental e do capitalismo o ataque a esses saberes e práticas tomou proporções inimagináveis no nosso contexto sociocultural.

Atualmente, observamos o avanço das fronteiras agrícolas, a grilagem, o desmatamento, a violência contra pessoas que lutam pela demarcação de suas terras, a presença de evangélicos nas aldeias e comunidades, o que contribui na ofensiva contra muitos conhecimentos e práticas ancestrais. Tais saberes não são apenas importantes nos contextos em que são produzidos e reproduzidos. Eles foram e continuam sendo muito relevantes no desenvolvimento de medicamentos utilizados no mundo todo, contribuindo para a cura de muitas doenças.

Áreas do conhecimento como a Etnobiologia, Etnoecologia, Etnobotânica, tem se debruçado ao longo das últimas décadas em estudar a relação ser humano e biota, fornecendo importantes informações indispensáveis para a proteção do patrimônio biocultural brasileiro.

A *International Society of Ethnobiology* (2008, p. 12) compreende que os referidos conhecimentos e práticas populares que são construídos e transmitidos ao longo de gerações, em termos de patrimônio biocultural, são compreendidos como

[...] patrimônio cultural (tanto o tangível como o intangível, incluindo o direito consuetudinário, folclore, valores espirituais, o conhecimento, inovações e práticas) e patrimônio biológico (diversidade de genes, variedades, espécies e ecossistemas de provisionamento, regulação e serviços culturais) dos povos indígenas, sociedades tradicionais e comunidades locais, que muitas vezes estão intimamente ligados através da interação entre os povos e a natureza ao longo do tempo e são moldados por seu contexto sócio-ecológico e econômico.

O Brasil possui 7.103 localidades indígenas e 5.972 localidades quilombolas (IBGE, 2020). Segundo o último censo demográfico possui 305 etnias indígenas, com 274 idiomas (IBGE, 2012) e 2.809 comunidades quilombolas reconhecidas pela Fundação Palmares (BRASIL, 2021), além de um amplo número de comunidades extrativistas, pesqueiras, de fundo de pasto etc. Cada uma, em contato com o bioma que o cerca, dispõe de conhecimentos sobre plantas, animais e demais seres vivos, bem como sobre os seus respectivos ecossistemas.

Nesse contexto, as pesquisas na área da Etnobiologia e suas subáreas, como a Etnobotânica, se tornam especialmente importantes no sentido de registrar estes conhecimentos, em vistas da sua proteção. A Etnobotânica, conforme ressaltado por Thiago Gomes e Fábio Bandeira (2012), apresenta uma alta relevância científica, econômica e social, como também para a conservação e manejo da vegetação nas regiões tropicais, especialmente no Brasil – uma vez que o nosso território abriga uma das floras mais ricas do planeta, aliado ao fato de que o país apresenta uma rica diversidade cultural.

Daniele Canteli (2020) ressalta que o conhecimento etnobotânico vinculado ao gênero já foi estudado em muitas comunidades e populações, frequentemente somado a outras características socioculturais e Priscila Rodrigues (2012), reivindica que além da razão utilitária, a lógica simbólica, mítica, religiosa e a identidade social e de gênero, são os elementos que intervêm no processo da construção do conhecimento tradicional. Na mesma linha em “*The ‘how’ and ‘why’ of including gender and age in ethnobotanical research and community-based resource management*”, Jocelyn Muller, Riyana Boubacar e Iro Dan Guimbo (2013), chamam



a atenção para a inclusão da análise de gênero e idade, justificando que estas fornecem informações importantes aos estudos sobre as interações entre seres humanos e natureza.

Jeanine Pfeiffer e Ramona Butz (2005), em uma revisão de estudos etnobiológicos (n = 296) e etnobotânicos (n = 424) contidos no *Journal of Ethnobiology and Economic Botany*, entre 1981 e 2004, identificaram que menos de 5% dos artigos de pesquisa examinavam a variação dos conhecimentos dentro das comunidades sob uma perspectiva de gênero. As autoras ressaltam que a maioria dos estudos de campo etnobiológico envolve amostragem intencional, ou seja, seleciona um pequeno número de "informantes-chave", que podem, ou não, representar a variação coletiva na experiência etnobiológica presente no(s) local(is) de pesquisa. Essa técnica também conhecida como "modelo de consenso cultural" pressupõe homogeneidade cultural, denotando que não existem subculturas na sociedade em estudo. As autoras destacam, ainda, que em muitas comunidades as normas culturais garantem aos homens maior acesso público e reconhecimento do que as mulheres o que evidencia a importância das análises incorporarem uma análise a partir de gênero.

Ainda que os estudos em etnobiologia e etnobotânica possam ter passado a incorporar mais análises de gênero em seus estudos nas últimas duas décadas, compreendemos que parece ser relevante incorporar discussões mais aprofundadas sobre o que se está considerando como gênero e como se operacionalizar esta categoria. Nesse sentido, consideramos que a teoria feminista, por sua epistemologia e sua visão da práxis atreladas aos movimentos de mulheres camponesas, quilombolas, indígenas, possui relevantes considerações para um entendimento de gênero em estudos em diferentes comunidades.

O paradigma moderno do conhecimento contribuiu para a objetificação e inferiorização dos saberes de grupos (mulheres, negros, indígenas, homossexuais, não ocidentais etc.). Desse modo, segundo Sandra Harding (2019), os estudos feministas precisam ter o compromisso de criticar a produção do conhecimento científico portador de viés androcêntrico e de propor, a partir da análise das relações de gênero, reflexões plurais orientadas por novas epistemologias. Além disso, a ecofeminista Inestra King afirmou já em 1997 que o capitalismo tem provocado um processo de homogeneização de culturas e simplificação da vida na terra, rompendo equilíbrios naturalmente complexos dentro do ecossistema.

As relações de gênero em comunidades rurais, quilombolas e indígenas tem sido especialmente tratadas por algumas vertentes do pensamento teórico feminista, como o ecofeminismo, o feminismo decolonial e comunitário. No próximo tópico, buscaremos abordar

algumas contribuições destas vertentes teóricas a partir de trabalhos de autoras ligadas a estes campos de conhecimento.

Ecofeminismo, feminismo decolonial e comunitário: contribuições para descolonizar o gênero

Os primeiros desenvolvimentos da associação, entre feminismo e ecologia, remetem à década de 1970 com as obras da francesa Françoise d’Euabonne e da estadunidense Chiah Heller. Desde então, muitas perspectivas teóricas emergiram em diversas partes do mundo, muitas inclusive divergentes entre si.

Inestra King (1997) no capítulo “Curando as feridas: feminismo, ecologia e dualismo natureza/cultura”, aborda acerca do problema da natureza para o feminismo. Segundo a autora, desde o começo, o feminismo teve de lutar contra a disseminação de ideias que reforçavam a relação entre as mulheres e a natureza, por estas terem sido usadas para limitá-las e oprimi-las na sociedade ocidental. Destarte, segundo King, é compreensível que as feministas desconfiem de qualquer teoria que pareça reforçar a relação mulher/natureza e a vejam como determinismo biológico disfarçado com outro nome. Contudo, voltando-se para a ecologia, a autora aponta que o feminismo pode começar a “[...] compreender o que significou para nós, como mulheres, ser representadas como mais próximas à natureza do que os homens, numa cultura dominada pelos homens que se define em oposição à natureza” (KING, 1997, p. 130).

Emma Siliprandi (2000), por sua vez, destaca que o ecofeminismo, ao incorporar a visão das mulheres às discussões acerca da problemática ambiental, pode trazer a este campo várias contribuições inovadoras. Para a autora, o ecofeminismo chama a atenção para aspectos que não costumam ser considerados, tais como as implicações que determinadas atividades econômicas têm sobre as condições de vida e trabalho das mulheres, bem como de suas comunidades.

Vandana Shiva (1991), filósofa, física, ecofeminista e ativista ambiental indiana, também a partir uma perspectiva ecológica, denuncia a destruição da vida no planeta e a violência patriarcal. A filósofa tece críticas ao legado colonial, à revolução verde e a ciência masculina e ocidental. O modelo de sociedade hegemônico, sob estas bases segundo a filósofa, reverbera uma crença de que a natureza não tem valor, ao menos que dominada e explorada. As mulheres e os povos não ocidentalizados também não possuem valor, sendo consideradas

apenas portadoras de ignorância e passividade, enquanto o homem ocidental é o portador do conhecimento e do progresso (SHIVA, 1991). Assim, Vandana Shiva (1991) oferece uma abordagem ecofeminista a partir de uma interpretação do Sul Global.

Vandana Shiva, assim como muitas outras feministas, evidenciam a necessidade de se refletir sobre as questões de gênero, a partir de uma análise mais ampla e que dê conta da realidade dos povos colonizados e o impacto do colonialismo articulado com a questões das mulheres. Localizadas neste eixo, numa perspectiva decolonial, mulheres indígenas também têm propostos novos olhares, tais como o feminismo comunitário.

O feminismo comunitário refere-se a um movimento social e vertente teórica do pensamento feminista presente principalmente em países da América Latina e tem sido adotado por pensadoras de diferentes povos e etnias. Julieta Paredes (2020), escritora aymará boliviana, umas das precursoras do feminismo comunitário, explica em “*Para descolonizar o feminismo*”, que descolonizar a relação de gênero significa entender que a opressão aos corpos das mulheres, não veio apenas com os colonizadores, mas que existia uma versão dessa opressão anterior que se uniram⁴. A autora, então, cunha o termo “entronque patriarcal” para compreender a relação mútua entre duas histórias paralelas de construção patriarcal.

Descolonizar as relações de gênero, ainda de acordo com a autora, ainda exige situar geográfica e culturalmente as relações de poder internacionais estabelecidas entre o Norte e o Sul e promover uma ruptura epistemológica com o feminismo ocidental. Dessa maneira, o gênero aparece como “un concepto-instrumento, que sirve para el develamiento de las relaciones jerárquicas y de dominio entre hombres y mujeres, relaciones que contribuyen a la construcción del patriarcado” (PAREDES, 2020, p. 320). A autora aymará destaca, ainda, que o patriarcado não se resume a relação entre os gêneros - é muito mais que isso. O patriarcado, segundo Paredes (2020) é o sistema de todas as opressões, que incidem sobre todos os seres vivos do planeta.

Para Suzana Sacavino (2016), um aspecto original do feminismo comunitário é a unificação do enfoque e das lutas na defesa da terra e do corpo, por conceberem ambos espaços territoriais como *locus* para a realização da vida em plenitude. Para Paredes (2020), o gênero é

⁴ O feminismo comunitário é um representante do que se tem chamado feminismo decolonial, contudo, é importante destacar que a existência do patriarcado antes da invasão europeia no continente americano e africano não é consenso entre as feministas decoloniais. María Lugones (2020) e Oyéronké Oyewùmi (2020) são pensadoras que concebem o gênero como uma ficção colonial. Ainda que discordem nesse aspecto, Paredes Lugones e Oyewùmi, concordam que a colonialidade provocou um agravamento das relações de poder.

uma prisão imposta pelo sistema patriarcal sobre os corpos da humanidade que impede que essa plenitude da vida se concretize. Na humanidade, existem, segundo a autora, três corpos, não gêneros: mulheres, homens e pessoas intersexuais. Nesse sentido, a feminista defende a abolição do gênero nas relações sociais, como também defende o fim das classes sociais.

Já Maria Lugones (2020), expoente teórica feminista decolonial, tece uma crítica ao uso das categorias de gênero, raça, classe e sexualidade em separado. A autora destaca que essa separação distorce os seres e fenômenos que existem na intersecção. Assim, ela faz a defesa da perspectiva epistemológica da interseccionalidade. A análise categórica, ao estimular o binarismo e a discussão em termos de adição, segundo a autora, apaga a situação de violência interseccional vivida pelas mulheres negras, por exemplo.

Os primeiros desenvolvimentos de gênero, como explicitado, se deram no contexto europeu e norte-americano - o Norte Global - e nem sempre eram compreensões articuladas com outros eixos de dominação, algo indispensável para análises sobre saberes populares e práticas de cura, por estes serem produzidos e reproduzidos em contextos que sofrem cotidianamente diversas opressões. Ainda assim, destacamos que formulações teóricas feministas do Sul e Norte Global nos ajudam a alcançar uma compreensão da categoria gênero de forma a potencializar sua capacidade de análise, ou de forma mais nítida, ajudam propor uma ótica científica interseccional do gênero e de gênero com outras categorias tais como a raça e a classe social, por exemplo.

Desde seus primeiros desenvolvimentos a categoria gênero se mostra como uma categoria muito forte para análise, quando não, indispensável. Em especial no contexto de estudos sobre saberes populares e práticas de cura, destacamos que:

- I. Gênero não pode ser assumido como sinônimo de mulheres;
- II. O processo de constituição das identidades de gênero pode ser compreendido como um processo historicamente localizado que em si é variável e modificável e a experiência empírico-social evidencia como as modificações emergem das interações ativas dos sujeitos, em suma, são constructos culturais e sociais (RADL-PHILIPP, 1996).
- III. É importante explicitar as razões das relações sociais e políticas de poder nas comunidades, como são construídas, funcionam e mudam;
- IV. Evidenciar quais teorias estão sendo mobilizadas para as compreensões sobre as relações e interrelações de gênero;

- V. Aprofundar no questionamento da perspectiva cartesiana do conhecimento, seu sistema epistêmico e seus pressupostos dualistas que separam o universal do particular, a cultura da natureza, a mente do corpo e a razão da emoção etc.;
- VI. Compreender que existem modelos de sociedade em que operam todas as opressões e que estas oprimem os seres vivos do planeta;
- VII. Estabelecer uma análise interseccional, não centrada nas categorias (gênero, raça e classe) e, sim, nas interrelações entre estes eixos de opressão, em entender que as opressões são interdependentes e se realizam umas nas outras;
- VIII. Situar geográfica e culturalmente as relações de poder de uma perspectiva epistemológica do conhecimento das mulheres, feminista e de gênero.

A compreensão exposta anteriormente sobre a categoria gênero é um esforço de sistematizar algumas contribuições que acreditamos ser relevantes, ainda que possam ser apontados limites e fragilidades na mesma. Ainda sim, defendemos que aspectos dessa compreensão possam ser assumidos em estudos sobre saberes populares e práticas de cura de forma a compreender e explicar cientificamente de maneira mais adequada e profunda como estes saberes são construídos, reproduzidos e se mantêm vivos na memória das comunidades estudadas.

Considerações finais

Neste trabalho, procuramos apresentar diferentes desenvolvimentos do debate sexo-gênero e do conceito gênero, em especial na compreensão dele como categoria analítica, podendo evidenciar que ele possui um potencial heurístico muito forte e que pode ser empiricamente explorado nos estudos sobre saberes populares e práticas de cura.

Buscamos sistematizar uma compreensão que abarcasse contribuições de teóricas feministas desde os primeiros desenvolvimentos do conceito até chegar às mais recentes discussões decoloniais e que parecem ser muito promissoras, em especial, no contexto dos estudos a que demos destaque. Nesse sentido, salientamos que futuras pesquisas podem se debruçar sobre essa compreensão em análises empíricas, em vistas de aprimorar ou até mesmo apresentar limitações à mesma.

Referências consultadas

ALEXIADES, Miguel. Apresentação 3. In: ALBUQUERQUE, Ulysses Paulino; LUCENA, Reinaldo Farias Paiva de; CUNHA, Luiz Vital Fernandes Cruz da Cunha (orgs). **Métodos e Técnicas na Pesquisa Etnobiológica e Etnoecológica**. 1ed. Recife: NUPEEA, 2010.

ALMEIDA, Mara Zélia de. Plantas medicinais: abordagem histórico-contemporânea. In: **Plantas Mediciniais**. 3rd ed. Salvador: EDUFBA, 2011, pp. 34-66. ISBN 978-85-232-1216-2.

BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo**. 2ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009 [1949].

BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luis Felipe. **Feminismo e política: uma introdução**. São Paulo: Boitempo, 2014.

BRASIL. Fundação Cultural Palmares. Certificação quilombola. Disponível em: http://www.palmares.gov.br/?page_id=37551 Acesso: 15/05/2021.

CANTELLI, Daniele. **Influências do gênero nos conhecimentos tradicionais vinculados à biodiversidade: estudo de caso em comunidades quilombolas de Santa Catarina**. Dissertação (Programa de Pós Graduação em Biologia de Fungos, Algas e Plantas), Universidade Federal de Santa Catarina, 2020.

CLINGAN, Joan. An Understanding of Textual/Theoretical Research. **Prescott: Prescott College**, 2008. Print.

GIDDENS, Anthony. Gênero e Sexualidade. In:_____.**Sociologia**. Tradução Alexandra Figueiredo *et al*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 6 edição, 2008.

GOMES, Thiago Bezerra; BANDEIRA, Fabio Pedro Souza de Ferreira. Uso e diversidade de plantas medicinais em uma comunidade quilombola no Raso da Catarina, Bahia. *Acta Botanica Brasilica* 26(4): 794-806. 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-33062012000400009 Acesso em: 10/02/2021.

GOUGES, Olympe. Declaração dos direitos da mulher e da cidadã: França, setembro de 1791. Tradução Jair Santana Moraes e Rosa dos Anjos Oliveira. **Em Aberto**, Brasília, v. 27, n. 92, p. 167-170, jul./dez. 2014. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/documents/186968/485895/G%C3%AAnero+e+educa%C3%A7%C3%A3o/e609afc8-b230-47f9-84ab-afa05e45c382?version=1.3> Acesso em: 01/05/2021

HARAWAY, Donna. Manifesto ciborgue: ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de. **Pensamento feminista: conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 157-211.

HARDING, Sandra. A instabilidade das categorias analíticas na teoria feminista. **Estudos feministas**, tradução Vera Pereira, p. 7-32, 1993.

HOLLANDA, Heloísa Buarque de. Introdução. In: _____. **Pensamento feminista: conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 9-21

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico 2010: características gerais dos indígenas - resultados do universo**. Rio de Janeiro: IBGE; 2012.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Base de Informações Geográficas e Estatísticas sobre os indígenas e quilombolas para enfrentamento à Covid-19**. Rio de Janeiro: IBGE; 2020.

INTERNATIONAL SOCIETY OF ETHNOBIOLOGY. International Society of Ethnobiology Code of Ethics, 2006 (with 2008 additions). Disponível em: <http://ethnobiology.net/code-of-ethics/> Acesso em: 10/05/2021.

IZQUIERDO, Maria Jesús. **El malestar en la desigualdad**. Madrid: Ediciones Cátedra, 1998.

JAGGAR, Alison M.; BORDO, Susan R. **Gênero, corpo, conhecimento**. Tradução Britta Lemos de Freitas. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997.

KING, Inestra. Curando as feridas: feminismo, ecologia e dualismo natureza/cultura. In: JAGGAR, Alison M.; BORDO, Susan R. **Gênero, corpo, conhecimento**. Tradução Britta Lemos de Freitas. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, p. 126-157, 1997.

LATTANZIO, Felipe Figueiredo; RIBEIRO, Paulo de Carvalho. Nascimento e primeiros desenvolvimentos do conceito de gênero. **Psicologia Clínica**, v. 30, n. 3, p. 409-425, 2018. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/pc/v30n3/02.pdf> Acesso em: 01/05/2021

LUGONES, María. Colonialidade e gênero. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de. **Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020. p. 84-96

MISKOLCI, Richard; CAMPANA, Maximiliano. “Ideologia de gênero”: notas para a genealogia de um pânico moral contemporâneo. **Sociedade e Estado**, v. 32, n. 3, p. 725-748, 2017. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69922017000300725&script=sci_arttext Acesso em: 17/05/2021.

MÜLLER, Jocelyn G.; BOUBACAR, Riyana; GUIMBO, Iro Dan. The “how” and “why” of including gender and age in ethnobotanical research and community-based resource management. **Ambio**, v. 44, n. 1, p. 67-78, 2015.

OYEWÚMÍ, Oyèrónké. Conceituando o gênero: os fundamentos eurocêntricos dos conceitos feministas e o desafio das epistemologias africanas. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de. **Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020. p. 84-96

PAREDES, Julieta. **Para descolonizar el feminismo: 1492 – entronque patriarcal**. Bolívia: Feminismo Comunitário Abya Yala, 2020.

PFEIFFER, Jeanine M.; BUTZ, Ramona J. Assessing cultural and ecological variation in ethnobiological research: the importance of gender. **Journal of ethnobiology**, v. 25, n. 2, p. 240-278, 2005.

RADL-PHILIPP, Rita. Derechos humanos y género. **Cadernos CEDES** [online], vol. 30, n. 81, 2010a. pp.135-155. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-32622010000200002&script=sci_abstract&tlng=es Acesso em 20/03/2021.

RADL-PHILIPP, Rita. A modo de introducción: aspectos epistemológicos de las investigaciones de las mujeres y del género”. In: _____ (ed.). **Investigaciones Actuales de las Mujeres y del Género**. Servicio de Publicaciones de la Universidad de Santiago de Compostela, Santiago de Compostela, 2010b. (Págs. 9-21), ISBN: 978-84-9887-292-7

RADL PHILIPP, R.: Los Procesos de la Constitución Social de las Identidades de Género en el contexto de la Socialización Humana: Bases para un Modelo Teórico-Interaccionista. In: _____ (ed.). **Mujeres e Institución universitaria en Occidente: Conocimiento, Investigación y Roles de género**. Editorial: Universidad de Santiago de Compostela, Santiago de Compostela. (Págs. 15-37), 1996. ISBN: 84-8121-543-0

RODRIGUES, Priscila Freire. Expressões de saberes e vivências: conhecimentos tradicionais e uma percepção de gênero. **EDUCAmazônia**, v. 8, n. 1, p. 76-93, 2012. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=4133318> Acesso: 04/04/2021.

RODRIGUES JUNIOR, Edson Beas. **A proteção internacional do patrimônio biocultural imaterial a partir da concepção de desenvolvimento sustentável**. Tese (Doutorado em Direito), Universidade de São Paulo, 2009.

RUBIN, Gayle. O tráfico de mulheres: notas sobre a “economia política” do sexo. In: _____. **Políticas do sexo**: Gayle Rubin. Tradução: Jamille Pinheiro Dias. São Paulo: Ubu Editora, 2017. 144 pp.

SACAVINO, Susana. Tecidos feministas de Abya Yala: Feminismo Comunitário, Perspectiva Decolonial e Educação Intercultural. **Uni-pluriversidad**, v. 16, n. 2, p. 97-109, 2016.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Sociedade**, vol. 15, N. 2, julho/dezembro, 1995. Disponível em: <https://www.seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/viewFile/71721/40667> Acesso em: 02/03/2021.

SHIVA, Vandana. **Abraçar la vida**: mujer, ecología y supervivencia. Instituto Tercer Mundo, 1991.

SILIPRANDI, Emma. Ecofeminismo: contribuições e limites para a abordagem de políticas ambientais. **Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável**, v. 1, n. 1, p. 61-71, 2000.

SILVA, Nina Cláudia Barboza da; REGIS, Ana Carolina Delfino; ESQUIBEL, Maria Aparecida; SANTOS, Jaci Espírito Santo; ALMEIDA, Mara Zélia de. Uso de plantas medicinais na comunidade quilombola da Barra II-Bahia, Brasil. **Boletín Latinoamericano y del Caribe de Plantas Medicinales y Aromáticas**, 11(5), 435-453, 2012. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/856/85624131006.pdf> Acesso em: 22/03/2021.

TAIT, Marcia Maria Lima; FELTRIN, Rebeca Buzzo; COSTA, Maria Conceição. Corpos e Territórios: refletindo sobre biotecnologias, gênero, ambiente e saúde a partir de ações de mulheres do sul. **Em Construção: arquivos de epistemologia histórica e estudos de ciência**, n. 5, 2019.

WITTIG, Monique. Não se nasce mulher. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de. **Pensamento feminista: conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 83- 95.

WOLLSTONECRAFT, Mary. **Reivindicação dos direitos da mulher**. Boitempo Editorial. 2016.

ZUCCOLIN, Ana Caroline. Dualismos filosóficos e a noção de corpo em Donna Haraway. Dissertação (Mestrado acadêmico em Psicologia), Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Assis, 2018.